



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

**DECISÃO – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**Empresa:** POSTO MARIA CUMPRIDA LTDA.

Processo impugnação nº 06944/2025 (flowdocs)

**Processo Licitatório:** 016187/2024

**Referente ao:**

CONCORRÊNCIA nº 02/2025

DATA DA ABERTURA: 27 de maio de 2025.

HORÁRIO: 10:00

**OBJETO:** *CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO BAIRRO BOA VISTA.*

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA*, do tipo maior percentual de desconto global, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital teve seu aviso no Diário Oficial da União em 07/05/2025, no Diário Oficial do Município em 06/05/2025 e no e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 07/05/2025. O Edital encontram-se disponíveis para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>), PNCP, Portal da transparência e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

**DA TEMPESTIVIDADE**

O pedido de impugnação foi feito pela empresa POSTO MARIA CUMPRIDA LTDA, recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 21 de maio de 2025 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 06944/2025 (Flowdocs).

**DO PEDIDO**

Inicialmente, a empresa impugnante, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 apresenta pedido de esclarecimento e impugnação ao edital em razão das, segundo informado pela impugnante, irregularidades informadas a seguir.

No item II – Das razões da impugnação:

1. Exigência de atestado de capacidade técnica para escavação mecânica sem previsão orçamentária correspondente.

A impugnante informa que o edital exige apresentação de atestados de capacidade técnica para escavação mecânica e a planilha orçamentária não contempla serviços compatíveis com esse nível de complexidade, muito menos quantidade significativa desses serviços, tratando-se de exigência desproporcional que compromete a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

competitividade da licitação e viola o art. 67, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, e condiciona a exigência de qualificação técnico-operacional à complexidade e a natureza do objeto da contratação.

2. Ausência de serviços de terraplanagem e compactação técnica no orçamento.

A impugnante informa, que, durante vistoria do terreno, foi constatado necessidade evidente de serviços de movimentação de terra e compactação técnica, dada a diferença de níveis no solo, contraditório com o projeto de implantação. Entretanto, esses serviços não constam na planilha orçamentária, o que compromete a exequibilidade da proposta, contrariando o art. 11 da Lei n.º 14.133/21, que fala sobre o dever de planejamento da Administração e do princípio da economicidade, além do art. 6º, inciso XXV, que exige projeto básico compatível com a execução pretendida.

3. Falta de previsão de engenheiro civil para acompanhamento técnico direto.

A impugnante informa que o item “X” do caderno de encargos exige acompanhamento técnico diário da obra por engenheiro civil, sendo essencial dada a complexidade do objeto a ser contratado, entretanto, para remuneração deste profissional, esses serviços não constam na planilha orçamentária. Esta ausência contraria o art. 18 da Lei n.º 14.133/2021, que obriga a compatibilidade entre o projeto, a execução contratual e o orçamento estimado, comprometendo a fiscalização da obra pública.

4. Obrigatoriedade de aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros sem previsão no projeto ou orçamento.

A impugnante informa que no memorial descritivo determina que o projeto da creche seja aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), entretanto, o projeto de combate a incêndio não apresenta aprovação, nem previsão orçamentária de serviços relacionados a elaboração e submissão desse processo, além de não apresentar os custos correspondentes na planilha orçamentária, contrariando o art. 6º, inciso XXV, da Lei n.º 14.133/2021, comprometendo a qualidade do projeto básico, impedindo, ainda, os licitantes de dimensionarem adequadamente seus custos e obrigações.

5. Critério de desempate por sorteio em desacordo com a Lei nº 14.133/2021

A impugnante questiona o critério de desempate por sorteio previsto no edital (item 5.17.4), argumentando que o sorteio entre microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), em caso de empate, não tem respaldo na Lei nº 14.133/2021, diz ainda que a nova lei estabelece que o desempate deve seguir critérios objetivos como maior desconto ou melhor técnica (art. 60). O sorteio seria uma medida excepcional, e não um critério padrão. Portanto, essa cláusula fere os princípios da legalidade e isonomia entre os licitantes.

6. Divergência sobre a validade da certidão de registro profissional da pessoa jurídica





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

A impugnante alega que o item 7.5.12 do Edital determina que a certidão profissional da empresa tenha validade até a data de entrega dos envelopes, enquanto o item 7.5.7 exige que o documento esteja válido dentro do exercício vigente. Tal divergência pode levar à interpretação dúbia e eliminação indevida de licitantes. A insegurança jurídica decorrente dessa contradição afronta o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que assegura a legalidade, a segurança jurídica e o tratamento isonômico entre os participantes.

7. Ausência de licença ambiental ou declaração de dispensa

A impugnante alega que não há no edital qualquer referência à licença ambiental (prévia, de instalação ou de operação), nem documento que a dispense formalmente, o que, segundo a impugnante, é obrigatório para obras com potencial impacto ambiental como a construção de uma creche. A ausência fere o art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que exige a compatibilidade do projeto com as normas ambientais vigentes, e a Resolução CONAMA nº 237/1997, que regulamenta o licenciamento ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente.

8. Vedação indevida à participação de empresas optantes do Simples Nacional

Alega ainda que o item 4.7 do edital veda a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional sob o argumento de que há cessão de mão de obra. Contudo, tal vedação é genérica e desprovida de fundamento, uma vez que o art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006 veda o Simples apenas para empresas que subcontratam mão de obra, e não para aquelas que executam os serviços diretamente com seus próprios funcionários. Segundo a impugnante, a restrição afronta o art. 47 da mesma Lei, que estabelece o tratamento favorecido às ME/EPP nas contratações públicas.

Finaliza com os seguintes requerendo que:

1. **A suspensão da Concorrência nº 002/2025**, até que sejam realizadas as devidas correções no edital e seus anexos;
2. **A retirada da exigência de atestado de escavação mecânica**, por ausência de previsão técnica e orçamentária que a justifique;
3. **A inclusão de serviços de terraplenagem e compactação técnica no orçamento**, conforme evidência topográfica do terreno;
4. **A inserção da previsão orçamentária e contratual para engenheiro civil residente na obra**, em conformidade com o Caderno de Encargos;
5. **A inclusão do serviço de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros e respectiva previsão orçamentária**;
6. **A adequação do critério de desempate conforme o art. 60 da Lei nº 14.133/2021**, excluindo a previsão de sorteio;
7. **A padronização das exigências quanto à validade da certidão profissional**, com unificação de critérios claros e objetivos;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

8. **A inclusão da licença ambiental ou termo de dispensa formal e legalmente fundamentado;**
9. **A revogação da vedação ao Simples Nacional**, quando não caracterizada subcontratação de mão de obra, sob pena de ofensa à LC 123/2006.

**DO JULGAMENTO**

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão, para análise e pronunciamento dos itens n.ºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7, vez que a solicitação de impugnação refere-se, nestes itens, à parte técnica, que elaborou o Termo de referência.

Quanto ao item 8, o processo, será enviado ao Setor de Contabilidade para resposta. Faço constar que este mesmo item foi motivo de pedido de esclarecimento e já respondido pelo Setor.

O item 5 da impugnação será respondido pela Divisão de Licitação.

**DA RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO/SETOR**

O processo foi enviado a Secretaria/Setor, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta dos itens n.ºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7. Segue resposta arquivo anexo:

**DA RESPOSTA DO SETOR DE CONTABILIDADE**

O processo foi enviado a Contabilidade, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta do item n.º 8. Segue resposta arquivo anexo:

**DA RESPOSTA DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Quanto ao item 5 - Critério de desempate por sorteio em desacordo com a Lei nº 14.133/2021, a Divisão de Licitação informa o item 5.17.4 do edital:

5.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

Entretanto, informo abaixo os itens 5.17, 5.17.1, 5.17.2 e 5.17.3 do edital, anteriores ao item impugnado, que informa como os parâmetros utilizados em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte:

5.17. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17.5. Para fins de identificação no sistema, a microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer os direitos da LC 123/2006.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

Diz o artigo 60, I, da Lei nº 14.133/2021:

**Art. 60.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

Com isso, informamos que, o item acima atende e é feito automaticamente pela plataforma, quanto aos parâmetros de utilizados em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

porte, todo o processo é realizado pela plataforma BLL Compras, conforme informado item 5.19.2 abaixo:

5.19.2A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

O processo foi encaminhado a Procuradoria Geral do Município, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta pela empresa POSTO MARIA CUMPRIDA LTDA. Segue resposta arquivo anexo.

**DA RESPOSTA DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:**

Diante do exposto, tanto pela Secretaria solicitante através do Setor Técnico, bem como, Contabilidade e Procuradoria Geral do Município, esta Comissão entende, por prudência, responder o pedido de impugnação.

Considerando o pedido de impugnação da CONCORRÊNCIA N.º 02/2025, apresentado pela empresa POSTO MARIA CUMPRIDA LTDA, por meio do processo nº 06944/2025 (flowdocs);

Considerando que essa Comissão de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando que esta Comissão de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando resposta anexa do Setor técnico explanando item a item, os questionamentos da impugnação, apresentando segundo o Setor Técnico, argumentos que evidenciam a impugnação não deve prosperar;

Considerando que o item 8 foi anteriormente motivo de esclarecimento e respondido pelo Setor Contábil conforme anexo;

Considerando que o Setor Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão não acata a impugnação interposta conforme argumentos apresentados;

Considerando a segregação de funções e o não conhecimento técnico de todos os membros da Comissão, ressaltamos que a decisão foi embasada pelos Setores anteriormente mencionados

Considerando o entendimento da Procuradoria Geral do Município opinando pelo indeferimento da impugnação e a falta de menção do item 5 em seu parecer;







**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

Considerando já anteriormente apresentado quanto ao impugnado no item 5 que não deve prosperar;

Esta Comissão de Contratação opina pelo indeferimento da impugnação interposta, tendo como parâmetro de julgamento o informado pelo Setor Técnico, Contabilidade e Procuradoria Geral do Município, informando que a CONCORRÊNCIA N.º 02/2025 será mantida em data e horário já marcados, bem como, que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe a esta Comissão de Contratação o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas.

**DA DECISÃO**

Diante do exposto, na qualidade de Presidente da Comissão de Contratação, tendo como base o entendimento pelo Setor Técnico e Contabilidade, bem como, do parecer da Procuradoria Geral do Município, opinamos pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de impugnação, feito pela empresa **POSTO MARIA CUMPRIDA LTDA**, razão pela que a CONCORRÊNCIA N.º 02/2025 será mantida em data e horário já marcados, dia 27/05/2025, as 10h. Envio o processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade ao ato, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 23 de maio de 2025.

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA  
RIBEIRO**

**EDMARA FERREIRA DE FREITAS**

**RÉGIS SILVEIRA DA SILVA**

**JASMINE FRAGA FERREIRA**

**PEDRO HENRIQUE MACIEL PEREIRA**

**RAYANE DE SOUZA STOLTZEMBURG**

**ÉRICA LIMA MEDEIROS MARTINS**

**MARIA LUIZA FERREIRA IZIDORO**

**MATHEUS ELIAS PEREIRA**





**MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



**CÓDIGO DE ACESSO**

4870F5ACDE034218B1CDE0644A9CF865

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: MARIA LUIZA FERREIRA IZIDORO em 23/05/2025 15:51:04  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.027-08  
Certificadora: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ROOT
- ✓ Assinante: MATHEUS ELIAS PEREIRA em 23/05/2025 16:06:18  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.347-70  
Certificadora: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ROOT
- ✓ Assinante: RAYANE DE SOUZA STOLTZEMBURG em 23/05/2025 16:06:30  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.377-46  
Certificadora: ICP-BRASIL - AC SAFEWEB RFB V5
- ✓ Assinante: ERICA LIMA MEDEIROS MARTINS em 23/05/2025 16:09:51  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.626-90  
Certificadora: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ROOT
- ✓ Assinante: PEDRO HENRIQUE MACIEL PEREIRA em 23/05/2025 16:15:43  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.397-09  
Certificadora: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ROOT
- ✓ Assinante: JASMINE FRAGA FERREIRA em 23/05/2025 16:30:56  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.837-67  
Certificadora: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ROOT
- ✓ Assinante: REGIS SILVEIRA DA SILVA em 23/05/2025 16:57:47  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.537-21  
Certificadora: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ROOT
- ✓ Assinante: EDMARA FERREIRA DE FREITAS em 23/05/2025 22:54:45  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.887-38  
Certificadora: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ROOT
- ✓ Assinante: FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO em 26/05/2025 08:44:27  
CPF:\*\*\*.\*\*\*.797-66  
Certificadora: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/4870F5ACDE034218B1CDE0644A9CF865>